

Editorial

“Repare como é formidável a obra brasileira de construção de uma civilização moderna em terra em grande parte tropical e como é pequeno o estudo científico e técnico dos problemas relacionados com essa obra de pioneiros. Os problemas da alimentação, da casa, do vestuário, do *sport*, adequado às condições de vida que nos são peculiares”

(Gilberto Freyre)

Aqui está a RBDR novamente! O segundo número do terceiro volume (2015) da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* é disponibilizado aos seus prezados leitores. Existem, contudo, dois pontos que precisam ser referidos antes da apresentação dos artigos que integram a presente edição.

O primeiro, que vem sendo reiterado já nas edições anteriores, é que se busca fazer da RBDR um espaço de debate interdisciplinar, arejado e amplo, sobre assuntos relacionados à “questão regional”, sobretudo, no âmbito de formações sociais periféricas. Para ir adiante com esse intento, tem-se procurado publicar artigos, ensaios e resenhas, inéditos (a exceção vale se, recentes ou “clássicos”, tiverem sido publicados em periódicos não brasileiros), com origem em áreas do conhecimento diversas, principalmente, planejamento urbano e regional, geografia, economia, sociologia e ciência política; quando, todavia, se aproximarem do tema “desenvolvimento regional”, considerar-se-ão também contribuições provenientes de áreas como arquitetura e urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo, entre outras.

O segundo ponto diz respeito à preocupação com o fato de que os artigos e ensaios encaminhados à RBDR podem ter natureza mais teórica como também apresentar análise mais empírica; consistir em interpretações e exames para o desenvolvimento regional latino-americano (à frente, o brasileiro) ou relacionar escalas relevantes na explicação de diferentes processos do desenvolvimento; e, se for o caso, conferir ênfase aos determinantes causais e destacar a atuação dos agentes/instituições que produzem (ou conduzem à produção de) trajetórias específicas de desenvolvimento no território.

Em face do que acima se expôs, pode-se antecipar que os dez artigos deste número da RBDR, mui brevemente apresentados a seguir, atendem com folga ao perfil que já a vem distinguindo.

O artigo com que principia o atual número do periódico traz o título “The evolution of farm policies: a long-term global perspective”. Aí seu autor, Nick Koning, se debruça sobre a evolução das políticas agrícolas ao longo de diferentes períodos e em diferentes partes do mundo. Sua análise revela uma mudança de regime nos mercados agrícolas internacionais: a escassez crônica dá lugar a excessos de oferta. Sua atenção se dirige, então, às políticas agrícolas em diferentes

regiões e às suas consequências para o desenvolvimento socioeconômico. O artigo fecha com uma discussão sobre o aumento da concorrência entre alimentos, ração e combustível, do que pode resultar nova onda de escassez, e sobre a necessidade de políticas de segurança alimentar e crescimento sustentável pró-pobre.

Em “O Centro-Oeste brasileiro e suas transformações econômicas de 1970 a 2012”, o segundo artigo, Marcos Bittar Haddad e Rafael Pastre passam em revista as mudanças econômicas, profundas e abrangentes, que ocorreram no Centro-Oeste. Mostram aí que, em seguida ao declínio da mineração, a macrorregião se converteu à exploração da pecuária e da agricultura extensivas, tornando-se, no período recente, em grande produtora de grãos do Brasil e sede de várias agroindústrias. O início de tais mudanças está no avanço da economia cafeeira paulista, que lhe propiciou o ingresso na divisão territorial do trabalho como produtora de alimentos e matérias primas para o Sudeste. As diversas implicações deste desenvolvimento no Centro-Oeste é que são aqui exemplarmente iluminadas.

No artigo seguinte, “Desafios da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste no Cerrado”, seu autor – Jeferson de Castro Vieira – aborda a importância da construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) para a economia do Cerrado. Seu argumento é de que investimentos em infraestrutura, incluindo aqueles em transporte ferroviário, são necessários para reduzir pontos de estrangulamento do desenvolvimento nacional. A construção da FICO e de sua integração com as malhas ferroviárias devem contribuir para o aumento e o escoamento da produção agropecuária do Centro-Oeste brasileiro. O autor conclui recomendando uma agenda de desenvolvimento que integre a ferrovia com as forças produtivas e sociais da região.

No quarto artigo, “Nova ruralidade e o modelo de desenvolvimento no bioma Cerrado: as várias ‘marchas’ para o Oeste do Brasil”, assinado por Pedro Araújo Pietrafesa e José Paulo Pietrafesa, se examina como as atividades rurais favoreceram o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. Os autores partem do pressuposto de que o setor agroindustrial contribuiu não só para a sua ocupação, mas também para a urbanização dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Eles inferem que, no período recente, estes estados vêm experimentando a expansão do complexo industrial sucroenergético – uma “nova marcha para o Oeste brasileiro” –, apoiada na concessão de novos incentivos fiscais e na disponibilidade de recursos orçamentários para a sua instalação e consolidação.

No artigo seguinte, “Avaliação do processo de implementação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade na mesorregião do Bico do Papagaio”, seus autores, Lucélia Neves dos Santos e Waldecy Rodrigues, debruçam-se sobre a efetividade do PNPSB (Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade), à luz de um caso concreto: a cadeia produtiva do coco de

babaçu na mesorregião do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins. Para além de outros resultados, revela-se aqui que o acesso às informações por parte das comunidades extrativistas é limitado e a participação dos extrativistas nas ações do Plano é reduzida. Concluem, então, que é fundamental que os gestores do PNPSB reconheçam os atores sociais envolvidos como protagonistas na sua implementação.

Em “O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre justiça social”, sexto artigo deste número da RBDR, Alex Pizzio e Hareli Fernanda Garcia Cecchin analisam a organização histórica das mulheres da região do Bico do Papagaio ativas junto ao MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) a partir da perspectiva de Nancy Fraser. Sua importância repousa, pois, no fato de que se destaca o movimento social das quebradeiras de coco-babaçu sob o ângulo da *teoria da justiça social*. Daí resulta, então, um novo olhar sobre as quebradeiras de coco-babaçu (e sua atividade no MIQCB) e sobre a região (em geral, vista como área de conflito), em busca da compreensão das tentativas de construção de identidades coletivas.

Margot Riemann Costa e Silva; Carlos Leão; Rosenilda Maria de Moraes Silva; e Aline dos Santos Souza assinam o artigo seguinte: “Expansão da cultura de soja, infraestrutura viária e desenvolvimento regional: a BR 158 e o Vale do Araguaia Mato-Grossense entre 1990-2010”. Trata-se de análise sobre indicadores de desenvolvimento regional no Nordeste Mato-grossense de 1990 a 2010. O forte avanço da produção de soja na região repercutiu em crescimento econômico acima das médias do estado do Mato Grosso. Porém, os indicadores produtivos e sociais não acompanharam este movimento: as taxas de pobreza seguiram elevadas, a defasagem da renda domiciliar *per capita* se manteve significativa em todos os estratos, e o descompasso entre os diferentes setores produtivos aumentou.

No oitavo artigo, “Emergência de novas cidades como negação da cidade: condomínios horizontais fechados na metrópole de Goiânia-GO”, Aristides Moysés, Deusa Maria Rodrigues Boaventura e Elcileni de Melo Borges discutem o fenômeno urbano dos condomínios horizontais fechados (CHF) – que integra a “nova paisagem do poder e do dinheiro” – na grande Goiânia a partir da década de 1990 e, sobretudo, dos anos 2000. Embora Goiânia apresente características de cidade de médio porte, já é considerada *a terceira capital do país em número de condomínios fechados, proporcionalmente, ao número de habitantes*. Mas, o artigo também revela que, ao lado dos CHFs (que vêm transformando a paisagem urbana de Goiânia em favor de camadas abastadas), a questão das moradias populares permanece sem solução.

Em “O Estatuto da Cidade e o controle social do solo criado em Goiânia-GO”, Raniel Martins Silva e Lucia Maria Moraes oferecem um exame detalhado sobre

o solo criado, também conhecido como Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), na capital do estado de Goiás. Os autores chamam atenção para o fato de que o solo criado vem sendo tratado como uma das normativas legais do solo urbano desde 1994 (portanto, antes do advento do Estatuto da Cidade), baseado na implantação do Plano Diretor de 1991. Como pano de fundo se tem que Goiânia, construída na década de 1930, é cidade planejada. Ao longo de seus mais de 80 anos, desde o Plano Urbanístico inicial, o planejamento tem se destacado como um dos eixos de seu crescimento e desenvolvimento.

O último artigo, “Urbanização de risco em frente de escarpa e encosta: o caso de Primavera do Leste-MT”, é assinado por Anna Luiza Garção de Oliveira; Sérgio Luiz Moraes Magalhães; Olívio Fiorese Neto; Antônio Pasqualetto; e Gustavo Fernando Morari Bárrios. O objetivo é avaliar a atual situação de ocupação da encosta do Planalto dos Guimarães, no município de Primavera do Leste, Mato Grosso. A hipótese é de que há relação entre crescimento populacional e avanço da urbanização para frente de escarpa, região propícia à formação de processos erosivos e movimentos de massa. A conclusão é de que o crescimento populacional das duas últimas décadas nas áreas de proteção ambiental condicionou a formação de uma Urbanização de Risco, em especial, ligada à declividade e dinâmica de fluxos d’água.

Por fim, há uma resenha do livro de Daniel Chaves – cujo título é “A ascensão das condições plurinacionais comparadas na Bolívia contemporânea (2003-2009)” – assinada por Tatiane Aparecida Viega Vargas; e breves comentários sobre algumas publicações de 2014/2015 que, talvez, também, venham a interessar às/aos prezadas/os leitores.

Antes de concluir este editorial, impõem-se ainda rápidas observações. Em primeiro lugar, há que informar que, devido ao fato de parte dos artigos da presente edição da RBDR confluírem para temas ligados ao Centro-Oeste brasileiro, pude contar com a competente assessoria da professora Margot Riemann Costa e Silva, da PUC-GO. Por isso, ela pode ser considerada uma *co-editora* deste número da RBDR, razão pela qual lhe agradeço imensamente. Em segundo lugar, também agradeço muitíssimo às/aos integrantes do conselho editorial e pareceristas que avaliaram os originais desta edição. Finalmente, visando continuar cumprindo o que se vem prometendo – ou seja: que a RBDR constitua-se em espaço de debate interdisciplinar qualificado sobre temas relativos à “questão regional” –, espera-se de todas/todos aquelas/es ligados à revista (integrantes do conselho editorial, articulistas, leitoras/es...) que se sirvam dela como melhor puderem. E que continuem contribuindo (também, como melhor puderem) para ampliar esta singular comunidade das/os a ela até aqui ligadas/os.

Portanto, boa leitura. Até mais!

Ivo M. Theis

Editor